



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

CÂMARA MUNICIPAL

N.º 15

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
REALIZADA**

EM 07 DE JULHO DE 2021

ÍNDICE

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
ORDEM DO DIA	13
1. RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA	13
2. PAGAMENTOS AUTORIZADOS ENTRE REUNIÕES	13
3. APROVAÇÃO DE ATAS	
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE FEVEREIRO DE 2021	14
4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELO SENHOR PRESIDENTE E VERAÇÃO:	
4.1 PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO PARA A “EMPREITADA DE RECUPERAÇÃO DO ESPAÇO VERDE – QUEBRADA NORTE - ALCOCHETE” – PROC.º I-09/21/CP: RATIFICAÇÃO DA DECISÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS	14
4.2 CELEBRAÇÃO DE PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO COM O AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE ALCOCHETE	15
4.3 RENDAS EM ATRASO: PERDÃO DOS JUROS MORATÓRIOS	16
4.4 AUTO DE RECEÇÃO PROVISÓRIA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E REDUÇÃO DA CAUÇÃO, NO ÂMBITO DO PROCESSO DE OBRAS CONSTRUÇÃO E URBANIZAÇÃO N.º LE/2018/23 – ALVARÁ DE URBANIZAÇÃO N.º 3/2019	16
4.5 EMPREITADA DE “REABILITAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE UTILIZAÇÃO COLETIVA – POLIDESPORTIVO DE ALCOCHETE” - PROCESSO I-50/19 – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO	18
4.6 EMPREITADA DE “AMPLIAÇÃO DA ESCOLA BÁSICA DO MONTE NOVO” - PROCESSO I-30/20 - PRAZO DE EXECUÇÃO	20
4.7 PROPOSTA DE REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE CHEQUE VETERINÁRIO DO MUNICÍPIO DE ALCOCHETE	22
4.8 UTILIZAÇÃO DO FÓRUM CULTURAL DE ALCOCHETE PELA FEDERAÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA DE SETÚBAL - RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO	24
4.9 UTILIZAÇÃO DO FÓRUM CULTURAL DE ALCOCHETE PELA CONCELHIA DE ALCOCHETE DO PARTIDO SOCIALISTA - RATIFICAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO	24
5. APOIOS FINANCEIROS	25
6. INFORMAÇÕES	35
PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE	41
ENCERRAMENTO	42

Aos sete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e um, nesta vila de Alcochete e na Biblioteca Municipal de Alcochete, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência da senhora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares, na qualidade de vice-presidente da Câmara, encontrando-se presentes os senhores vereadores Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, Jorge Manuel Pereira Giro, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

Faltou à presente reunião o senhor presidente, por motivo considerado justificado.

A senhora vice-presidente declarou aberta a reunião.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, a senhora vice-presidente apresentou o relatório epidemiológico, à data da presente reunião, com os seguintes dados: 45 casos acumulados (nos últimos 14 dias), 226 casos por incidência cumulativa (nos últimos 14 dias, por 100 mil habitantes), 1543 casos recuperados e 22 óbitos.

De seguida, informou que no dia seguinte realizar-se-ia uma reavaliação da situação e que, tal como tudo indicava, os dados deveriam manter-se inalterados, o que considerou serem “boas notícias” dado o panorama atual, em particular no que diz respeito à realidade presente em concelhos vizinhos. Porém, alertou, igualmente, que o concelho de Alcochete deveria manter as recomendações da DGS e os cuidados de proteção adotados, sem “baixar a guarda”, conforme designou.

Em relação ao Centro de Vacinação em funcionamento na vila de Samouco, a senhora vice-presidente estabeleceu uma comparação com os dados apresentados na reunião de câmara anterior, revelando que o número atual de vacinas administradas é de 11.293 doses para a primeira inoculação e 6971 doses para a segunda inoculação. Desta forma, salientou o aumento de mais de 2 mil doses em

cada uma das situações, num espaço de apenas 15 dias, perfazendo o total de 18.264 vacinas administradas.

Louvou, igualmente, todo o esforço realizado pelas equipas de trabalho no centro, esforço esse que deverá ser motivo de orgulho para todos os munícipes, apelando ao bom senso e à paciência de todos os utentes pelo processo de vacinação em massa a decorrer nestes dias, num total diário de cerca de 400 pessoas a serem vacinadas, o qual pode interferir ligeiramente no agendamento registado. Por outro lado, alertou para o facto de que convém respeitar as horas das respetivas marcações, sendo prejudicial realizar deslocações com alguma antecedência.

Apesar do número elevado de vacinas e da sobrecarga de trabalho, a senhora vice-presidente reforçou que todo o desempenho geral do centro tem recebido inúmeros elogios por parte de todos os utentes.

De seguida, informou que o regime Casa Aberta (o qual não tem necessidade de marcação prévia), está em funcionamento numa base diária para os utentes do Centro de Saúde de Alcochete, com mais de 45 anos, no período das 14h30 às 15h30.

De momento, o Centro de Vacinação está a proceder à vacinação dos utentes da faixa etária dos 29 aos 25 anos de idade, sendo que a idade de 29 anos já está praticamente concluída.

Por fim, a senhora vice-presidente dirigiu uma informação aos utentes vacinados com a marca “AstraZeneca”, na medida em que o prazo entre as inoculações foi antecipado para as oito semanas, pelo que quem estiver nessa situação deverá dirigir-se ao Centro de Vacinação a fim de receber a segunda dose da mesma.

O senhor vereador Pedro Louro fez uma intervenção, apresentando algumas questões, sendo a primeira relativa ao início das obras na Igreja da Misericórdia e à preservação do seu património de arte sacra, face à degradação apresentada no exterior do edifício.

De seguida, sugeriu a atualização da informação na área “Covid-19” no site oficial da Câmara, a qual se encontra registada até à data de 15 de junho, estando em falta informações mais recentes, de que são exemplo a informação da Casa Aberta e do seu horário de funcionamento, assim como dados sobre vacinas administradas.

Referindo-se a um *e-mail* enviado por uma munícipe, alertou para a necessidade de resolução referente a uma rutura no serviço da água, a qual já foi reportada em outubro passado. A senhora permanece sem solução para a situação e sem a devolução do valor pago indevidamente, apesar do parecer técnico confirmar a ocorrência de um problema.

No enquadramento da área da educação, perante um concelho em crescimento e com uma população relativamente jovem, informou que existem 78 alunos do ciclo pré-escolar que não vão ter colocação no ensino público no próximo ano letivo, situação que se revela bastante complicada para as famílias em causa. Nesse sentido, o senhor vereador questionou se seria possível a Escola do Valbom, em articulação com o Ministério da Educação, receber esses alunos.

Reiterou, igualmente, uma questão apresentada anteriormente, no que diz respeito ao levantamento das necessidades educativas do concelho de Alcochete, por parte do senhor Ministro da Educação, informação que continua em falta.

A senhora vice-presidente agradeceu a sugestão da atualização do site, por parte do senhor vereador Pedro Louro, e assegurou que tal processo seria realizado de forma célere, agradecendo, em simultâneo o alerta estabelecido.

Em relação aos alunos do ciclo pré-escolar, salientou que os dados apresentados não são decisivos, na medida em que esta lista não contempla a sua versão final, devido a inúmeras situações, de que é exemplo a passagem de algumas dessas crianças para o 1º ciclo.

No entanto, confirmou que esta faixa etária revela um número elevado de crianças e que no ano anterior foram abertas mais duas salas na Escola do Valbom, com o objetivo de a autarquia poder atenuar a situação.

A senhora vice-presidente informou adicionalmente que existem quatro salas de pré-escolar em São Francisco e quatro salas no Samouco. Em relação ao Passil, a sala não ficou lotada no ano que está a findar, tendo apenas 16 alunos inscritos. Alertou ainda para o facto de existirem muitas crianças neste ciclo escolar, na medida em que dão entrada no ensino público com 3 anos ou perto dos 3 anos, ficando mais anos a frequentar o mesmo.

No que diz respeito ao 1.º ciclo, poderá ser necessário encerrar uma sala em S. Francisco, com a passagem de alunos do 4.º ano para o 5.º ano, situação semelhante à situação existente na escola do Monte Novo com duas turmas em funcionamento.

Apesar de os alertas sinalizados pelo senhor vereador Pedro Louro, a senhora vice-presidente reforçou que a lista em causa não é a final, sendo necessário perceber “o desenrolar da situação”, para além de a Escola do Valbom não ter as condições necessárias para receber crianças mais novas, correndo-se o risco de se tornar provisória indefinidamente.

Afirmou, ainda, que é igualmente importante não esquecer as IPSS do concelho, como a Fundação João Gonçalves Júnior e o CENSA, as quais são a resposta possível face à impossibilidade desses pais pagarem uma mensalidade no regime privado. No que diz respeito à Fundação, a senhora vice-presidente recordou que aquela fechou uma sala do pré-escolar no ano letivo anterior, tendo atualmente toda a capacidade de resposta para abrir mais uma ou duas turmas, caso seja necessário.

Assim, reforçou que existe, de facto, resposta para as alegadas 78 crianças, não obstante as opções tomadas pelos próprios encarregados de educação, estando igualmente atenta ao desenvolvimento da matéria, com o propósito fundamental de resolver o problema.

No que diz respeito à Escola D. Manuel I, referiu que o executivo tem estabelecido alguma pressão sobre a Tutela da Educação, o Ministério da Educação, o senhor Ministro da Educação e a senhora Secretária de Estado, aguardando-se a chegada de um acordo de colaboração entre o Município e o Ministério da Educação, contemplando o recurso a fundos comunitários que permitirão a requalificação e a ampliação dos edifícios escolares. Face à descentralização das competências, existe um declarado interesse, por parte do Município, num processo que começa a desenvolver-se, sendo uma questão de tempo até se encontrarem soluções.

A senhora vice-presidente informou, de seguida, que já existe um projeto prévio, elaborado pelos técnicos da autarquia, o qual contempla a ampliação e a requalificação dos edifícios da citada escola, num investimento de cerca de 4,292 milhões de euros. Este engloba a criação de 12 salas gerais e um núcleo com salas para uso laboratorial, entre outros aspetos que envolvem a requalificação das salas e das áreas existentes. Se for permitida uma comparticipação, o valor em causa baixa para os 50% e o projeto permitirá a resolução global da situação nesta escola.

Apesar do valor alto do projeto, o Município tem todo o interesse em colocá-lo em prática, aguardando o maior apoio financeiro possível, na medida em que a obra em causa é de extrema necessidade face as condições existentes, nomeadamente a problemática da lotação acima do exetável. Todas as outras escolas do concelho já tiveram a requalificação necessária, pelo que não será justo a Escola D. Manuel I permanecer no ponto em que está atualmente.

O senhor vereador Pedro Lavrado fez uma intervenção, por solicitação da senhora vice-presidente, de forma a esclarecer os assuntos elencados pelo senhor vereador Pedro Louro.

Em relação às obras da Igreja da Misericórdia, confirmou que estas foram suspensas pois foram detetados alguns problemas estruturais na sua cobertura, os quais não poderiam ser solucionados na empreitada atual. Assim, deu-se início a um projeto de requalificação da cobertura, com a colaboração do arquiteto Vítor Mestre, a qual já se encontra em curso desde o dia 5 de julho, após a conclusão do respetivo

procedimento concursal. De momento, a empreitada referente ao projeto anterior encontra-se suspensa, mas deverá ser retomada em breve. No que diz respeito ao espólio da Igreja, o senhor vereador assegurou que este se encontra salvaguardado e protegido, processo que foi acutelado desde o início.

Em relação ao email da munícipe, o senhor vereador esclareceu que a rutura aconteceu na via pública e danificou a casa da senhora. Esta situação diz respeito ao Setor do Património, conforme salientou, mas confirmou que o caso já foi enviado para o seguro. Numa primeira fase, o seguro declinou responsabilidades e o Município não concordou, tendo elaborado uma reclamação junto do mesmo. A senhora foi igualmente informada de todo o desenvolvimento do processo, encontrando-se o Município e a munícipe à espera de uma resposta, a qual permitirá a tomada das necessárias medidas.

O senhor vereador Vasco Pinto fez uma intervenção no sentido de reforçar o esclarecimento quanto à preservação do espólio da Igreja da Misericórdia, encontrando-se o mesmo na Sala de Coro do edifício, devidamente acondicionado, segundo as orientações técnicas para o efeito. O receio existente relaciona-se com a possibilidade de infiltrações, mas estas acontecem noutras salas, as quais estavam vedadas há já algum tempo.

O senhor vereador Jorge Giro fez uma intervenção, referindo que o espaço da *Avenida Euro 2004*, junto ao *Freeport*, o qual apresenta uma falha no sistema de rega há mais de uma semana, traduzindo-se na seca do espaço verde. Neste âmbito, questionou quem deverá reparar a situação, se o Município ou se a empresa *Freeport*, salientando a urgência da sua resolução.

De seguida, no contexto do COVID-19, reforçou o estado de alerta, mediante a situação de risco elevado, assim como a necessidade de serem mantidos os cuidados individuais, com o objetivo de fazer descer os números atuais. Reforçou, igualmente, a necessidade de a autarquia regressar à testagem dos funcionários, conforme solicitação em reunião anterior.

No que diz respeito à Escola D. Manuel I, revelou alguma surpresa em relação aos aspetos a serem descentralizados pelo Governo, na medida em que o respetivo Diploma ainda não está disponível. Saliendo ainda, preocupação perante o desconhecimento dos trâmites inerentes a toda a situação da descentralização. Neste sentido, afirmou que a autarquia não poderá assumir já uma espécie de compromisso e alertou que está em causa um grande volume para investimento, tanto para a própria escola, como para outras escolas, embora esteja plenamente de acordo com a necessidade da obra.

Por fim, o senhor vereador citou a Fundação João Gonçalves Júnior e o CENSA de forma a ilustrar as diferenças de valores entre a escola pública, semi-privada e privada, estando ciente das dificuldades sentidas por alguns pais pelas mensalidades praticadas nas IPSS.

A senhora vice-presidente esclareceu o senhor vereador Jorge Giro no enquadramento dos testes aos funcionários, os quais poderão ser solicitados consoante o desenvolvimento da pandemia e a recomendação da Autoridade de Saúde Local, conforme aconteceu anteriormente.

No que diz respeito à descentralização de competências, informou que o Decreto 21/19 foi publicado a 30 de janeiro de 2019 e foi citado em reuniões anteriores, o qual detalha as circunstâncias da transferência de competências e informa que existe uma verba de 20 mil euros para cada edifício, para efeitos da sua manutenção.

Para além desta questão, foi igualmente distribuído junto de todos os senhores vereadores um documento com o Mapeamento, no qual estavam sinalizadas as escolas do concelho, nomeadamente a Escola D. Manuel I. No entanto, numa primeira fase, esta escola não estava assinalada como prioritária, situação que foi reportada pelo Município e, posteriormente, debatida em reunião, assim como retificada.

A senhora vice-presidente assegurou que o Município tem conhecimento de todos os detalhes do processo, inclusive em relação ao valor a ser recebido e aos fins a que

este se destina, quer com despesas de pessoal, quer com despesas de manutenção, para além da possibilidade de se poder delegar funções no Diretor da escola. Salientou, de seguida, que existe um “desenho” e não um projeto de execução, sinalizado em sede de PRR, e que o valor que ronda os 4 milhões de euros congrega uma “noção do que aí vem”, conforme caracterizou.

A solução apresentada pelo Município centra-se a médio-longo prazo, numa perspetiva de preparação para a situação e a “luta” do Município será sempre no âmbito de o valor total da obra estar a cargo da Tutela “porque a escola, de facto, não é nossa”, conforme concluiu a sua intervenção.

O senhor vereador Pedro Lavrado fez uma intervenção com o intuito de esclarecer o senhor vereador Jorge Giro quanto à manutenção da avenida *Euro 2004*, a qual pertence à empresa *Freeport*, através de um protocolo. No entanto, tanto a tarefa como o sistema de rega pertencem ao Município, por uma questão de ordem prática.

Referiu, adicionalmente, que não tem conhecimento da situação elencada, agradecendo o registo da mesma e informando que irá solicitar a sua averiguação. Afirmou, igualmente, que o erro poderá não estar no sistema de rega, recordando uma situação do passado, noutra local, provocada por um inseto.

O senhor vereador Pedro Louro fez uma intervenção, reforçando a situação constatada pelo senhor vereador Jorge Giro, assim como o local em causa, na medida em que o próprio presenciou a situação.

No âmbito da questão da rutura da água, sugeriu que o Município deveria avançar com a sua resolução sem esperar uma resposta da parte do seguro, alegando que a senhora lesada “é o elo mais fraco” do problema.

No que diz respeito à Escola D. Manuel I, afirmou que acompanha e apoia a linha de pensamento apresentada pela senhora vice-presidente, recordando que o problema da escola já tem demasiados anos, apesar do excelente trabalho realizado pela

Associação de Pais, à qual pertenceu como presidente, nomeadamente quanto à retirada de amianto na cobertura do edifício.

Face ao crescimento do Município, outras escolas, como a Escola Secundária, com excesso de turmas, vão enfrentar o mesmo problema, rejeitando totalmente a solução de lotação através das transferências de alunos para escolas de concelhos vizinhos, assumindo, em simultâneo, uma crítica ao senhor Ministro pela pesquisa de ofertas nas zonas circundantes ao concelho de Alcochete.

A Escola D. Manuel I deverá ser intervencionada, contudo, o plano deverá ser ajustado à realidade do concelho e às suas necessidades, com recurso a fundos comunitários, como aconteceu com a obra da Frente Ribeirinha, na medida em que os 50% elencados constituem-se como um valor demasiado alto para a autarquia suportar. Neste sentido, aconselhou a autarquia a prosseguir com alguma ponderação.

A senhora vice-presidente respondeu ao senhor vereador Pedro Louro que existe ponderação no plano descrito, nomeadamente através da criação das 12 salas gerais e das outras salas para laboratório, originárias nas necessidades existentes, de forma a permitir a “arrumação” da problemática desta escola. Reforçou que é do conhecimento público a necessidade de construção de uma nova escola básica integrada, contemplando do pré-escolar ao 9.º ano de escolaridade, como existe no Montijo, no Bairro do Esteval, mas com outros parâmetros.

“O que importa aqui realçar é que a Escola D. Manuel resolve a questão da D. Manuel. Também não dá para ir muito mais do que isso porque a escola também está limitada em termos de espaço” reafirmou a senhora vice-presidente, sob pena de a escola ficar sem espaço livre para o recreio das crianças. É, portanto, um processo impossível de contornar, apesar da hipótese de construção de uma nova escola.

De seguida, concluiu que “para além da construção de um centro escolar, torna-se fundamental a recuperação e a ampliação da Escola D. Manuel I”, embora tenha

assumido que ambos os projetos terão de acontecer, de forma distinta, mas com o objetivo primordial de dar resposta às necessidades educativas do concelho.

Com o encerramento de escolas como as do Moizém, Rossio e Entroncamento, assim como a existência de novos residentes com filhos adolescentes, a pressão foi aumentando nas escolas em funcionamento, mas a senhora vice-presidente acredita que com o PRR e a Estratégia Local de Habitação as “coisas podem começar a desanuviar”, apesar de ser uma realidade semelhante nos concelhos vizinhos.

O senhor vereador Jorge Giro alertou para o facto de Alcochete ter de estar preparado para receber as descentralizações, embora o processo possa não se realizar, recordando situações que ocorreram com outros municípios, os quais não estavam devidamente preparados, nomeadamente em relação ao facto de terem de assumir o pagamento dos vencimentos dos funcionários.

Assim, reiterou a sua posição quanto à sugestão de prudência, revelando que na viragem do ano de 2021 para 2022 deverá ser um assunto a ser debatido de forma mais concreta. A CDU mantém a sua posição no sentido de estas responsabilidades do Governo serem “suportadas e custeadas e construídas pelo Governo porque é da sua competência neste momento”, conforme concluiu.

Por fim, assumiu que as escolas do concelho estão construídas consoante a Carta Educativa, a qual carece de atualização, mais concretamente a médio e a longo prazo. Se o projeto da Quinta da Coutadinha/Batel for concretizado, terá de haver uma atualização em termos de escolas e de outras infraestruturas, em vários níveis, face à possibilidade da proveniência de novos moradores. Revelou, ainda, que o grupo parlamentar do PCP reforçou junto do Governo a necessidade de resolução da Escola D. Manuel I, na perspetiva de o Governo exercer as suas competências.

A senhora vice-presidente concordou com o senhor vereador Jorge Giro e alegou que foi exatamente por essa razão que o Município ainda não aceitou a transferência de competências na área da Educação. O acordo citado não está relacionado com o

processo de transferência, pois são situações perfeitamente distintas. Esse acordo possibilita apenas uma procura de fundos comunitários.

No que diz respeito à Carta Educativa, informou que a sua atualização está em curso, em conjunto com os técnicos que estão a desenvolver o PDM, e prevê-se que entre julho e setembro já deverá estar concluído o primeiro *Draft*.

ORDEM DO DIA

1. Resumo diário da tesouraria

A senhora vice-presidente informou que o valor do saldo, em disponibilidades de operações orçamentais é de € 5.099.540,52 (cinco milhões, noventa e nove mil, quinhentos e quarenta euros e cinquenta e dois cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

2. Pagamentos autorizados entre reuniões

A senhora vice-presidente informou que o senhor presidente da câmara, entre os dias 22/06/2021 e 04/07/2021 autorizou o pagamento da despesa no montante de €899.722,94 (oitocentos e noventa e nove mil, setecentos e vinte e dois euros e noventa e quatro cêntimos), conforme as ordens de pagamento emitidas do n.º 2098 ao n.º 2279.

Mais informou que entre os dias 05/07/2021 e 06/07/2021, autorizou o pagamento da despesa no montante de €87.103,49 (oitenta e sete mil, cento e três euros e quarenta e nove cêntimos), conforme as ordens emitidas do n.º 2280 ao n.º 2350.

A Câmara tomou conhecimento.

3. Aprovação de atas

Ata da reunião ordinária realizada no dia 17 de fevereiro de 2021

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a ata por unanimidade.

4. ASSUNTOS PROPOSTOS PELA SENHORA VICE-PRESIDENTE E VERAÇÃO:

4.1 Procedimento de Concurso Público para a “Empreitada de Recuperação do Espaço Verde – Quebrada Norte - Alcochete” – Proc.º I-09/21/CP: Ratificação da decisão do senhor presidente da câmara sobre a prorrogação do prazo de apresentação de propostas

Pela senhora vice-presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Em conformidade com o proposto pelo júri do supra mencionado procedimento e informação da DAGR/Contratação Pública (anexo 1), propõe-se para deliberação a ratificação da decisão do senhor presidente da câmara, em conformidade com o disposto no n.º 3, do artigo 35.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Assim proponho, submeter á aprovação do órgão executivo:

- Ratificação das decisões do senhor presidente da câmara sobre a prorrogação do prazo de apresentação de propostas.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como anexar a Informação, como **Doc. 1**.

4.2 Celebração de Protocolo de Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alcochete

Pela senhora vice-presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«A Câmara Municipal de Alcochete, reconhecendo a importância de dotar os estabelecimentos de ensino dos recursos necessários à concretização das atividades educativas e socioeducativas, que integram o Projeto Educativo do Agrupamento de Escolas de Alcochete, propõe a celebração de Protocolo de Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alcochete (AEA).

No âmbito da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o Município tem responsabilidades específicas na área da educação, designadamente no que respeita à ação social escolar, prevista no Despacho n.º 7255/2018, de 31 de julho e no apoio ou participação nas atividades de natureza educativa, conforme alínea u), do n.º 1, do artigo 33.º, da legislação em referência.

Assim, propõe-se a aprovação do Protocolo de Colaboração com o Agrupamento de Escolas de Alcochete, que prevê a atribuição dos seguintes apoios financeiros para a preparação do início do ano letivo 2021/2022:

- €2.380,00 (dois mil, trezentos e oitenta euros) para os alunos do ensino pré-escolar, destinado à aquisição de bens e materiais de desgaste rápido, bem como equipamentos diretamente relacionados com a atividade letiva;
- €9.820,00 (nove mil, oitocentos e vinte euros) para os alunos do primeiro ciclo, destinado à aquisição de bens e materiais de desgaste rápido, bem como equipamentos diretamente relacionados com a atividade letiva;
- €4.000,00 (quatro mil euros) para o desenvolvimento de atividades e projetos definidos para as Escolas do Ensino Pré-escolar, Ensino Básico e Secundário, que estejam incluídas no Projeto Educativo aprovado em Conselho Pedagógico.

Submete-se a presente proposta a deliberação da Câmara Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar o Protocolo, como **Doc. 2**.

4.3 Rendas em atraso: perdão dos juros moratórios

Pela senhora vice-presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«De acordo com informação da Divisão de Intervenção Social, Setor de Desenvolvimento Social e Saúde e da DAGR – Taxas e Licenças, a arrendatária da fração sita na rua Virgílio Martinho, n.º 1 – 2.º Dto., em Alcochete, tem uma dívida de 9 rendas de habitação, no valor de €1.430,19 acrescido de 50% de juros moratórios no valor de €715,10.

Este agregado familiar encontra-se numa situação de maior fragilidade social, devido à doença prolongada do cônjuge da arrendatária. Até então sempre cumpriram atempadamente o pagamento das rendas e, à presente data, já propuseram um acordo de pagamento das rendas em atraso. Assim, de forma a facilitar que esta família consiga fazer face aos compromissos económicos, somos a propor:

- Prescindir da cobrança dos juros moratórios das 9 rendas em atraso.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.4 Auto de Receção Provisória das Obras de Urbanização e Redução da caução, no âmbito do Processo de Obras Construção e Urbanização n.º LE/2018/23 – Alvará de Urbanização n.º 3/2019

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

1. A requerente Libertas – Investimentos Imobiliários, Lda. – Proc.º LE/2018/23, na qualidade de proprietária, solicita, através do requerimento n.º LE/2021/428/SPO de 16 de janeiro de 2021, a receção provisória das obras de urbanização tituladas pelo alvará 3/2019;
2. Conforme o auto da vistoria realizada em 25/06/2021, as referidas obras se encontram em condições de ser rececionadas provisoriamente.

Propõe-se que:

1. Seja homologado o auto de receção provisória acima referido;
2. O valor de €728.324,64 (setecentos e vinte oito mil, trezentos e vinte e quatro euros e sessenta e quatro cêntimos), atualmente caucionado, seja reduzido em €655.492,18 (seiscentos e cinquenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois euros e dezoito cêntimos), mantendo caucionado o valor de €72.832,46 (setenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois euros e quarenta e seis cêntimos), destinado a garantir a conclusão e a boa execução das obras de urbanização relativas aos arruamentos e sinalização, às redes de abastecimento de água e drenagem de águas residuais, arranjos exteriores, gás, telecomunicações e eletricidade, que a mesma poderá ser libertada com a receção definitiva das obras de urbanização;
3. Sendo a caução prestada sob a forma de hipoteca sobre um imóvel propriedade do requerente, a mesma pode ser libertada, mediante a apresentação de uma caução a favor da câmara municipal em forma de

garantia bancária, depósito em dinheiro ou seguro-caução no valor de €72.832,46 (setenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois euros e quarenta e seis cêntimos).»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.5 Empreitada de “Reabilitação de Equipamento de Utilização Coletiva – Polidesportivo de Alcochete” - Processo I-50/19 – Prorrogação do prazo de execução

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

A empreitada de “Reabilitação de Equipamento de Utilização Coletiva – Polidesportivo de Alcochete”, Processo I-50/19, adjudicada ao consórcio GASPENA & MARQUES, Lda. / URBEHYDRAULIC, Lda., pelo valor de €724.147,95 + IVA, foi consignada a 17 de agosto de 2020, com o prazo de execução fixado em 180 dias, correspondendo a data de conclusão ao dia 13 de fevereiro de 2021.

Em reunião de câmara de 20 de janeiro de 2021, foi aprovada a proposta de autorização da despesa de €37.525,57 + IVA referente à execução de trabalhos complementares e definido um prazo total para a sua execução, em mais 40 dias, remetendo o término da obra para o dia 25 de março de 2021.

A 15 de fevereiro de 2021, a obra foi parcialmente suspensa nos termos da alínea a), do artigo 297.º do CCP, devido ao facto de haver a necessidade de remodelar (deslocar) as infraestruturas elétricas, nomeadamente: a rede de média tensão, baixa tensão e iluminação pública. Estas infraestruturas (que não se encontravam devidamente cadastradas) são da responsabilidade da E-REDES, pelo que o

referido operador procedeu à execução dessas alterações, tendo concluído os trabalhos a 22 de junho de 2021.

A 23 de junho de 2021 foi determinado o recomeço da execução, uma vez cessadas as causas que determinaram a referida suspensão.

Face ao exposto e, com base no artigo 298.º do CCP, importa determinar a prorrogação do prazo de execução do presente contrato.

Considerando-se que a prorrogação do prazo de execução corresponde ao período igual ao prazo inicialmente fixado no contrato, o mesmo traduz-se em 38 dias. Ou seja, o período compreendido entre o dia 15 de fevereiro de 2021 (data da suspensão) e o dia 25 de março de 2021 (data contratualmente estabelecida para a conclusão da obra).

No entanto será necessário ponderar o tempo indispensável à remobilização dos meios e à consecução dos trabalhos preparatórios/acessórios, necessários ao recomeço dos trabalhos na zona condicionada. Nesse sentido, considerando que, em consequência da suspensão, o adjudicatário ficou impossibilitado de desenvolver uma parte significativa dos trabalhos, ou condicionado nessa execução, no lado poente da zona de intervenção, nomeadamente:

- Execução de quatro sapatas de ancoragem para a tela tensionada;
- Instalação da tela tensionada, visto não ser possível a ancoragem integral da mesma;
- Construção do edifício de arrumo do lado poente e parte do murete que contorna o posto de transformação;
- Execução do pavimento em betão no topo Noroeste do campo;
- A execução do pavimento desportivo do Polidesportivo (pois o mesmo só poderá ser executado depois de concluída a instalação da tela tensionada);
- A instalação das balizas de andebol/futsal e das tabelas de basquetebol, pelo mesmo motivo;

- Execução das lajes de fundação dos equipamentos de *workout* e respetiva instalação dos mesmos;
- Execução das zonas verdes, rega e plantações;
- Execução da instalação elétrica referente à rede Iluminação Pública;
- Execução de pavimentos e lancis.

Neste contexto, tendo por referência prazos tecnicamente razoáveis para a reorganização dos meios e materiais necessários à consecução dos mencionados trabalhos afetados, justifica-se reconhecer ao empreiteiro o direito a uma prorrogação acrescida do prazo de execução em mais 30 dias.

Assim sendo, nos termos do disposto no artigo 298º/2 e 3 do CCP, entende-se que a prorrogação total do prazo de execução deverá corresponder a 68 dias.

Propõe-se que:

Se considere aceitar a prorrogação do prazo de execução da presente empreitada por 68 dias, fixando-se o respetivo termo contratual em 30 de agosto de 2021.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.6 Empreitada de “Ampliação da Escola Básica do Monte Novo” - Processo I-30/20 - Prazo de execução

Pelo senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

A empreitada de “Ampliação da Escola Básica do Monte Novo”, Processo I-30/20, adjudicada à empresa Bolotaobra, Construção Civil, Lda., pelo valor de €408.839,83 + IVA, foi consignada a 11 de janeiro de 2021, com o prazo de execução fixado em 183 dias, correspondendo a data de conclusão ao dia 13 de julho de 2021.

O empreiteiro tendo considerado a impossibilidade de concluir os trabalhos no prazo contratual, apresentou ao Município um pedido de prorrogação de prazo de mais 49 dias, remetendo a data de conclusão da obra para o dia 31 de agosto de 2021.

O empreiteiro justifica o referido atraso na execução da empreitada, essencialmente, pelas razões seguintes:

- Chuva intensa no mês de fevereiro e março, resultando no atraso dos trabalhos de escavação e execução da estrutura;
- Atrasos significativos na entrega de materiais e equipamentos importados.

Desta forma, a prorrogação solicitada não tem por fundamento qualquer situação – no caso, não verificada – de suspensão da obra (artigo 298.º/2 do CCP), de execução de trabalhos complementares (artigo 374.º do CCP) ou de reequilíbrio financeiro do contrato (artigos 282.º/3 e 354.º do CCP), pelo que, em obediência ao princípio da legalidade (artigo 3.º/1 do Código do Procedimento Administrativo), não existe enquadramento no CCP para que o Município defira a prorrogação de prazo agora requerida.

O atual desvio do plano de trabalhos e a declarada e já consumada impossibilidade de recuperação desse desvio traduzem, assim, e independentemente do juízo de imputabilidade que se justifique, uma situação de incumprimento do prazo de execução da obra.

Neste âmbito, devem ser ponderados os seguintes fatores:

- 1) A necessidade de conclusão da obra a tempo do início do ano letivo, não comprometendo o planeamento escolar estabelecido;

- 2) Que o empreiteiro informa que tem garantidos os meios humanos, materiais e equipamentos necessários à realização da obra;
- 3) E que é um fato incontornável que a obra tem de ser concluída por razões de interesse público.

Propõe-se que:

Se considere aceitar a conclusão efetiva dos trabalhos da presente empreitada até ao dia 31 de agosto de 2021, sem prorrogação do prazo contratual e num contexto de atraso na execução da obra (artigo 403.º do CCP), no pressuposto de que o empreiteiro afete de imediato à obra o ritmo e os meios necessários à sua consecução neste período retardado.

Propõe-se ainda que seja relevada para momento oportuno a decisão discricionária e fundamentada de aplicação de multa pelo atraso que se perspetiva, quando se confirme, de acordo com as circunstâncias que para o efeito se justifique ponderar (designadamente, considerando a censurabilidade da conduta do empreiteiro e a gravidade das consequências do incumprimento).

Mais se informa que o Decreto-Lei n.º 6/2004 de 6 de janeiro (que regula a revisão de preços das empreitadas de obras públicas) prevê no seu artigo 13.º, que o empreiteiro não terá direito a qualquer acréscimo de valor na revisão de preços em relação ao prazo acrescido, devendo esta fazer-se pelo plano de pagamentos em vigor na data do termo do prazo contratual.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.7 Proposta de Regulamento de Atribuição de Cheque Veterinário do Município de Alcochete

Pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto foi apresentada a seguinte proposta:

«A legislação atual tem refletido uma crescente preocupação com o bem-estar animal, permitindo às autarquias locais a criação de incentivos e promoção do controlo reprodutivo de animais de companhia.

No âmbito do Plano Municipal de Saúde Pública, são objetivos do Município de Alcochete, contribuir para a saúde e bem-estar animal e simultaneamente prevenir o abandono e os maus-tratos por omissão de tratamentos essenciais que se têm acentuado devido a faltas de carência económica.

Neste sentido e em sequência do Protocolo entre o Município de Alcochete e a Ordem dos Médicos Veterinários, inserido no Programa Nacional de Apoio à Saúde Veterinária para Animais de Companhia em Risco – Cheque Veterinário, torna-se necessária a criação de um regulamento que defina os termos de atribuição de cheque veterinário, nomeadamente no que concerne a animais pertencentes a famílias economicamente carenciadas, residentes no município de Alcochete e, simultaneamente, detentores de cães e/ou gatos de estimação.

Concretamente, esta proposta de Regulamento de Atribuição de Cheque Veterinário do Município de Alcochete tem como objetivo indicar claramente quais os procedimentos e requisitos necessários para a sua atribuição aos munícipes interessados e elegíveis.

Na sequência do exposto e após submissão a consulta pública, de acordo com o artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 07 de janeiro (Novo Código do Procedimento Administrativo), ultrapassado o respetivo prazo, verifica-se que não foram apresentadas quaisquer propostas.

Assim sendo, propõe-se que a Câmara Municipal delibere no sentido de aprovar a proposta do regulamento e remeta à Assembleia Municipal.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade, bem como, anexar a Proposta de Regulamento, como **Doc. 3**.

4.8 Utilização do Fórum Cultural de Alcochete pela Federação do Partido Socialista de Setúbal - Ratificação de Autorização

Pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto foi apresentada a seguinte proposta:

«A Federação do Partido Socialista de Setúbal levou a efeito, no passado dia 24 de maio, no Fórum Cultural de Alcochete, uma reunião/encontro de dirigentes do Partido Socialista.

O artigo 7.º do Regulamento das Taxas Municipais, sob a epígrafe “Incidência subjetiva”, estabelece no seu n.º 2 que “O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva, ou outra entidade legalmente equiparada que realize ou origine os factos sujeitos a tributação identificados em tabela anexa ao presente Regulamento”.

Considerando que os partidos políticos não são pessoas coletivas, não poderão ser considerados sujeitos passivos para efeitos do pagamento de taxas municipais.

Neste sentido e tendo em conta que a pluralidade e diversidade democráticas são um dos motores das sociedades contemporâneas que devem ser estimulados, propõe-se a ratificação de autorização de utilização do referido espaço nos termos requeridos.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

4.9 Utilização do Fórum Cultural de Alcochete pela Concelhia de Alcochete do Partido Socialista - Ratificação de autorização

Pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto foi apresentada a seguinte proposta:

«A Concelhia de Alcochete do Partido Socialista levou a efeito, no passado dia 01 de julho, no Fórum Cultural de Alcochete, a realização de um evento de carácter político.

O artigo 7.º do Regulamento das Taxas Municipais, sob a epígrafe “Incidência subjetiva”, estabelece no seu n.º 2 que “O sujeito passivo é a pessoa singular ou coletiva, ou outra entidade legalmente equiparada que realize ou origine os factos sujeitos a tributação identificados em tabela anexa ao presente Regulamento”.

Considerando que os partidos políticos não são pessoas coletivas, não poderão ser considerados sujeitos passivos para efeitos do pagamento de taxas municipais.

Neste sentido e tendo em conta que a pluralidade e diversidade democráticas são um dos motores das sociedades contemporâneas que devem ser estimulados, propõe-se a ratificação de autorização de utilização do referido espaço nos termos requeridos.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

5. Apoios financeiros

Pela senhora vice-presidente Maria de Fátima Maduro Gregório Soares foram apresentadas as seguintes propostas de apoio financeiro:

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete

«Dando continuidade aos pressupostos estratégicos da Câmara Municipal de Alcochete, com a finalidade de prosseguir de forma coerente e sustentada a política de desenvolvimento social entre as várias instituições do concelho, pretende-se apoiar ou compartilhar, pelos meios adequados, a cooperação a atividades de interesse municipal, de forma a proporcionar uma melhoria das condições de vida e bem-estar da população de Alcochete.

A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcochete é uma instituição vocacionada para a assistência e socorro, com fins filantrópicos de utilidade pública.

De entre todas as instituições do Município, esta é uma das mais importantes, pelo serviço que presta à comunidade, pelo número de trabalhadores e voluntários que possui e pelo seu património memorial valioso, digno e proeminente.

Assim, propõe-se a atribuição de apoio financeiro no valor de €60.000.00 (sessenta mil euros), para compartilhar a atividade regular da instituição, referente ao pagamento de encargos correntes, aquisição de equipamentos e apoio à missão de Protecção Civil, com o propósito de responder às necessidades da população local, à dinamização da instituição, tendo como principal objetivo o desenvolvimento social do Município de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Estêvão Boieiro ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

- Apoio à atividade pontual no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo – Academia Portuguesa de Música e Artes

«A Academia Portuguesa de Música e Artes é uma Associação que tem na génese da sua fundação a formação artística, tendo como principais objetivos motivar, cativar, formar e graduar os seus alunos preparando-os para o futuro na vida artística.

Esta associação levou a cabo no dia 26 de junho de 2021 um Musical, totalmente escrito e interpretado pelos seus alunos, que foi apresentado no Fórum Municipal de Alcochete.

Reconhecendo o superior interesse municipal desta iniciativa e no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo, tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.800,00 (mil e oitocentos euros), que corresponde a 35% do valor total despendido pela Academia Portuguesa de Música e Artes na referida atividade.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– Associação Desportiva Samouquense

«A Associação Desportiva Samouquense foi fundada a 15 de agosto de 1965, sendo criada para proporcionar à população a prática desportiva e cultural.

De acordo com a alínea f), do ponto 2, do artigo 7.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio nos encargos com inscrições e seguros de praticantes e atletas federados.

Depois de verificadas as despesas com a inscrição de atletas federados na época 2020/2021, no valor de €528,99 (quinhentos e vinte e oito euros e noventa e nove cêntimos), propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro de 100% do valor despendido pela associação.

Tendo em conta os considerandos anteriores, propõe-se a atribuição de €528,99 (quinhentos e vinte e oito euros e noventa e nove cêntimos) à Associação Desportiva Samouquense.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– Clube Taurino de Alcochete

«O Clube Taurino de Alcochete foi Fundado a 18 de fevereiro de 1998, por um grupo de jovens Alcochetanos com a ideia de preservar e manter a tradição Taurina presente nas raízes mais profundas das “gentes” de Alcochete.

De acordo com a alínea a), do ponto 3, do artigo 8.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio para deslocações ao estrangeiro para participação em eventos culturais e/ou de reconhecida qualidade.

Neste sentido o Clube Taurino de Alcochete pretende alugar um autocarro para acompanhar e apoiar o Novilheiro João D’Alva, natural de Alcochete, numa prova de aptidão profissional, fundamental para o seu futuro enquanto matador de toiros, que decorre em Espanha no próximo mês de agosto.

Estima-se que a Associação terá uma despesa de €1.600,00 (mil e seiscentos euros), com o aluguer do autocarro. Assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro de 100% do valor a vir a ser despendido pela associação.

Reconhecendo o superior interesse municipal na realização desta iniciativa e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.600,00 (mil e seiscentos euros), ao Clube Taurino de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

- Apoio à atividade pontual no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo – Clube Taurino de Alcochete

«A pandemia causada pelo SARS-CoV-2, que não conhece fronteiras e colocou o mundo em estado de alerta, obrigou a alterações à ordem social por via das decisões tomadas para a proteção da Humanidade, revelando-se como um dos nossos maiores desafios, com enormes consequências económicas e sociais, para além das irreversíveis perdas humanas.

Num momento de particular exigência para toda a sociedade, o Movimento Associativo tem um papel determinante no desenvolvimento local, com uma intervenção inequívoca neste território, pelo que há que garantir o apoio às associações e aos seus dirigentes, procurando atenuar as dificuldades de gestão regular de funcionamento das associações.

Esta Associação tenciona publicar um livro de autor que aborda a tauromaquia popular, em que o público-alvo são as crianças. Este é um projeto inovador a nível nacional que aborda as raízes mais genuínas e tradicionais das gentes da nossa terra.

Estima-se que a Associação terá uma despesa com a edição do livro no valor de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), assim, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro de 100% do valor a ser despendido na referida edição do livro, no âmbito do Programa Municipal de Apoio Extraordinário ao Movimento Associativo.

Reconhecendo o superior interesse municipal na realização desta iniciativa e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €2.500,00 (dois mil e quinhentos euros), ao Clube Taurino de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense

«A Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense é uma Instituição de Utilidade Pública com um longo historial e experiência na promoção da cultura e educação musical.

Esta coletividade apresenta um elevado dinamismo, de que é testemunho a estreia do Grupo Coral em 2007 e a promoção de numerosas iniciativas de índole recreativa e desportiva na sede, nomeadamente os bailes populares, a ginástica, a zumba e o *HIP HOP*.

A afirmação da Banda de Música em território nacional é notória com a sua participação, como banda residente, nas corridas de toiros do Campo Pequeno, as idas aos Açores e à projeção alcançada em *Ayamonte*, Espanha.

Uma das apostas da Sociedade Filarmónica é o ensino da música, uma Escola que começou a funcionar ainda antes da fundação da coletividade e que alimenta a Banda, constituída na maioria por alunos daquela escola.

Esta coletividade foi distinguida pelo Município em 2009 com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal D. Manuel I.

De acordo com a alínea e), do ponto 2, do artigo 7.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio para atividades de valorização e salvaguarda do património local. Neste sentido a Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense solicitou apoio financeiro para a manutenção dos instrumentos e manutenção do fardamento para a sua Banda

Musical, propondo-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro no valor de €15.000,00 (quinze mil euros) para o efeito.

Reconhecendo o superior interesse municipal da Associação e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €15.000,00 (quinze mil euros), à Sociedade Filarmónica Progresso e Labor Samouquense.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– Grupo de Forcados Amadores de Alcochete

«No dia 25 de junho de 1971, nasce um novo grupo de forcados em Alcochete, resultado de divergências existentes no seio do grupo de forcados amadores do Aposento do Barrete Verde.

A 21 de agosto de 1971, o grupo estreia-se na Praça de Toiros do Montijo, com um curro de Rio Frio, e até 1976, o Grupo atinge o topo da “forcadagem”, pegando ao lado dos melhores grupos nas praças do Campo Pequeno, Vila Franca, Montijo, Moita, Cascais e Madeira.

Contudo, fatores de vária ordem fizeram com que, de 1977 a 1980, o grupo fosse obrigado a suspender a atividade.

A partir de 1981 os forcados começaram a regressar e o grupo retomou o seu caminho.

Nos últimos anos, os Forcados Amadores têm espalhado a valentia e a coragem do forçado alcochetano em praças como Baiona, França, onde foram homenageados pela “valentia e raça” demonstradas na atuação de 2004, em *Saint Marie-La-Mer* e *Mont-de-Marsan*, em França e em Saragoça, Espanha.

De acordo com as alíneas b) e c), do ponto 2, do artigo 7.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio a programas e/ou ações que promovam o desenvolvimento cultural local e para aquisição de bens e equipamentos inerentes ao desenvolvimento dos projetos e atividade cultural (instrumentos musicais, trajes cénicos e etnográficos, fardamentos, bens e equipamentos no âmbito das artes performativas, designadamente de som e luz). Neste sentido, o Grupo de Forcados Amadores de Alcochete pretende adquirir um conjunto novo de fardamentos para o seu Grupo de Forcados, bem como obter apoio financeiro para as deslocações às corridas de toiros e participação nos seguros.

Desta forma, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro no valor de €1.500,00 (mil e quinhentos euros).

Reconhecendo o superior interesse municipal da aquisição deste equipamento e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), ao Grupo de Forcados Amadores de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

Não votou o senhor vereador Vasco André Marques Pinto ao abrigo da alínea a), do n.º 1, do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo.

– Aposento do Barrete Verde de Alcochete

«Fundado em 1944, o Aposento do Barrete Verde é uma agremiação regionalista que “tem por fim a promoção cultural, educativa e recreativa dos sócios e visa, especialmente, o fomento do gosto pela festa brava e a realização das Festas do Barrete Verde e das Salinas”.

O Aposento do Barrete Verde tem a sua sede na rua José André dos Santos, em Alcochete, num edifício alugado em 1945, posteriormente ampliado e adquirido em 1975. A criação das três salas museu, que evocam as figuras do salineiro, do forçado e do cavaleiro, data do início da década de 60.

De salientar que em 1965 é introduzida nas festas a componente religiosa, com a devoção a Nossa Senhora da Vida e criado o Grupo de Forcados Amadores e em 1967, realizaram-se as primeiras largadas noturnas e a primeira noite da sardinha assada, que é um dos acontecimentos mais memoráveis das festividades.

De acordo com as alíneas b) e c), do ponto 2, do artigo 7.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio a programas e/ou ações que promovam o desenvolvimento cultural local e para aquisição de bens e equipamentos inerentes ao desenvolvimento dos projetos e atividade cultural (instrumentos musicais, trajes cénicos e etnográficos, fardamentos, bens e equipamentos no âmbito das artes performativas, designadamente de som e luz). Neste sentido, o Aposento do Barrete Verde de Alcochete pretende adquirir um conjunto novo de fardamentos para o seu Grupo de Forcados Amadores, bem como obter apoio financeiro para as deslocações às corridas de toiros e participação nos seguros.

Desta forma, propõe-se que a Câmara Municipal delibere conceder um apoio financeiro no valor de € 1.500,00 (mil e quinhentos euros).

Reconhecendo o superior interesse municipal para a atribuição deste apoio e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.500,00 (mil e quinhentos euros), ao Aposento do Barrete Verde de Alcochete.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

– Associação GILTeatro

«A fundação da Associação juvenil GILTeatro em 1997 derivou da existência do Clube de Teatro com o mesmo nome na Escola E. B. 2,3 El-Rei D. Manuel I criado em 1994, no âmbito da atividade docente do professor de História e Teatro, Carlos Soares.

A formação dos jovens através de uma sadia ocupação dos tempos livres continua a ser uma das grandes apostas da Associação GILTeatro que tem um núcleo forte constituído por 25 jovens que participam em todas as atividades da Associação.

Com sede na Casa do Povo de Alcochete, esta associação permite aos jovens acederem ao teatro, malabarismo, papagaios estáticos e acrobáticos, danças medievais, ilusionismo e música.

Com uma produção teatral permanente destaca-se o 1.º prémio alcançado em 2011 no âmbito do projeto PANOS – Palcos Novos, Palavras Novas da Culturgest. A associação também dinamiza um Grupo de Teatro Amador com adultos e tem presença assídua nas feiras medievais de Castro Marim e Caminha, para além da participação nas feiras medievais de Santa Maria da Feira e de Óbidos.

De acordo com a alínea c), do ponto 2, do artigo 7.º do Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo, podem as entidades do concelho candidatar-se ao apoio para aquisição de bens e equipamentos inerentes ao desenvolvimento dos projetos e atividade cultural (instrumentos musicais, trajes cénicos e etnográficos, fardamentos, bens e equipamentos no âmbito das artes performativas, designadamente de som e luz). Neste sentido a Associação GILTeatro pretende adquirir material de som e instrumentos musicais para as suas performances artísticas.

Reconhecendo o superior interesse municipal da aquisição deste equipamento e tendo em conta os considerandos anteriormente referidos, propõe-se a atribuição de €1.200,00 (mil e duzentos euros), à Associação GILTeatro.»

Submetida à discussão e votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por unanimidade.

6. Informações

Pela senhora vice-presidente foi apresentada a seguinte informação:

- “Alcochete Summit – Sports & Training 2021”

«O Município de Alcochete organizou no passado dia 23 de junho de 2021 a 1.ª edição do evento “Alcochete Summit – Sports & Training”.

Com as áreas de Desporto, Educação e Saúde no “papel central”, a conferência de âmbito formativo destinou-se a treinadores, professores, técnicos, dirigentes, alunos e a toda a comunidade em geral.

O Alcochete *Summit* foi, aliás, o fruto de um vasto trabalho em equipa do Município de Alcochete, resultando num programa recheado de temas de enorme interesse, tais como: a igualdade género no desporto, a educação/formação desportiva nos escalões de base, o treino de alto rendimento, a alimentação para desportistas, a Psicologia no Desporto, novas oportunidades no Desporto, a Motricidade Infantil, a relação entre o percurso escolar e o percurso desportivo, sem esquecer a inclusão de um momento “fora da caixa” com o comediante Serafim.

O Fórum Cultural de Alcochete foi, desta forma, o “palco” para um singular evento formativo creditado pelo IPDJ e pelo CENFORMA, reunindo 18 dos mais prestigiados oradores/formadores do nosso país e um total de 130 formandos em regime presencial.

Gostaríamos também de destacar a participação de todos os que acompanharam o evento pelas redes sociais e, naturalmente, todos os parceiros institucionais que contribuíram para o sucesso do mesmo.»

A Câmara tomou conhecimento.

Pelo senhor vereador Vasco André Marques Pinto foi apresentada a seguinte informação:

- Atividades do Setor de Cultura (programação de junho)

«ÁREA BIBLIOTECA

1. Atividades para o público em geral

Programa: Exposição “Um, dó, li, tá... brincadeiras por cá!”

Título: ---

Sinopse: Um, dó, li, tá...Brincadeiras por cá!”, brincadeiras dos tempos de escola dos nossos avós e pais é a proposta expositiva da Biblioteca de Alcochete em estreita parceria com o colecionador Hélder Esdras Martins. A exposição junta peças do espólio municipal a peças da coleção particular de Hélder Martins, que coleciona brinquedos há mais de 40 anos. Uma exposição que é o mote para a partilha intergeracional de conhecimentos, memórias e afetos. Os mais velhos têm a oportunidade de recordar memórias de outros tempos, os mais novos de compreender como se brincava e aprendia antigamente.

Dia: 5 (inauguração) | Esteve patente de 5 de junho a 3 de julho

Sessões:

Públicos: ca 40 pessoas no dia da inauguração.

Programa: No 1.º sábado de cada mês...Era uma vez

Título: Histórias com Fantoques

Sinopse: Atividade para pais e filhos de animação da leitura. Era uma vez um sapo que vivia no seu charco, feliz e despreocupado. Tinha o seu nenúfar particular, onde se sentava para apanhar banhos de sol e comer moscas que, distraidamente, invadiam o seu espaço aéreo. Uma vez por outra partilhava o seu espaço com uma

sapinha e, para ela, coaxava toda a tarde e oferecia as moscas mais suculentas que conseguia caçar. Que bela vida! Mas, certo belo dia, a sua paz terminou. Ups! Venham assistir a este teatro de fantoches para saberem como tudo aconteceu.

Dia: 5

Sessões: 2 (11h00 e 15h00)

Públicos: 29 (18 crianças e 11 adultos)

Programa: Atelier de Escrita Criativa

Título: Uma pessoa, tantas pessoas

Sinopse: No mês em que se assinala mais um aniversário daquele que é considerado uma das maiores figuras da literatura mundial, Fernando Pessoa, vamos desafiar criativamente os participantes para construir heterónimos, brincar com as superstições do poeta e, até, produzir cartas de amor. Haverá, também, lugar para jogar ao dominó, partindo de excertos de poesia de Pessoa e, até, para jogar com o poema Píal.

Dia: 22

Sessões: 19

Públicos: 6

Programa: Sons e Sabores

Título: ---

Sinopse: Juntámos dois ingredientes para um final de tarde descontraído e de lazer: música e gastronomia! Até final de julho, às 6.ª feiras, os jardins do Museu Municipal e da Biblioteca de Alcochete recebem, de forma alternada, a iniciativa “Sons e Sabores”, que procura evidenciar aspetos da cultura local, através de uma viagem pela música e gastronomia da nossa terra e região. No dia 25 de junho, o Jardim da Biblioteca recebeu a música dos alunos de piano do CRAM – Conservatório Regional de Artes do Montijo e uma degustação pela Imperial Garrafeira & Wine Bar.

Dia: 25

Sessões: 1

Públicos: 33

Programa: A Casa dos Sonhos a Contar

Título: Histórias do Ambiente

Sinopse: Junho traz-nos histórias dedicadas a uma data comemorativa muito especial: o Dia Mundial do Ambiente! Vamos conhecer um médico do mar, uma árvore generosa e um pequeno podador de bonsais. Apresentamos-vos, ainda, um jardim curioso e um rapaz chamado Jorge que descobre numa linha férrea abandonada umas plantas a morrer. Decide cuidar delas e transformar a cidade escura e cinzenta num jardim verde e luxuriante.

Dia: 26

Sessões: 2 (11h00 e 15h00)

Públicos: 43 (26 crianças e 17 adultos)

Programa: Comemoração do Dia Mundial das Redes Sociais

Título: O papel das redes sociais na sociedade

Sinopse: A Biblioteca de Alcochete assinalou o Dia Mundial das Redes Sociais como uma conferência/sessão sobre “O papel das redes sociais na sociedade”. Um momento de conversa/reflexão sobre o papel das Redes Sociais na sociedade. O que representam? Qual a sua importância enquanto novos veículos de informação? O que mudou na forma de escrever, de informar, de transmitir conhecimento com as plataformas digitais? Serão os *bloggers*, os *instagramers*, os escritores dos dias de hoje? Os oradores convidados foram Joaquim Fialho, professor universitário, investigador integrado CLISSIS e analista de redes sociais e Sónia Morais Santos, escritora, criadora de conteúdos e autora do blog Cocó na Fralda. Dia: 30

Sessões: 1

Públicos: 15

QUADRO RESUMO - BIBLIOTECA

ATIVIDADES PARA O PÚBLICO EM GERAL			
Área Biblioteca			
ATIVIDADES	SESSÕES	PÚBLICOS	SATISFAÇÃO
INAUGURAÇÃO EXPOSIÇÃO – UM, DO, LI, TÁ...BRINCADEIRAS POR CÁ	1	40	---

NO 1.º SÁBADO DE CADA VEZ...ERA UMA VEZ – HISTÓRIAS COM FANTOCHES	2	29	100%
ATELIER DE ESCRITA CRIATIVA – UMA PESSOA, TANTAS PESSOAS	1	6	100%
SONS E SABORES – 25 DE JUNHO	1	33	---
A CASA DOS SONHOS A CONTAR – HISTÓRIAS DO AMBIENTE	2	43	100%
CONFERÊNCIA “O PAPEL DAS REDES SOCIAIS NA SOCIEDADE”	1	15	---

ATIVIDADES	SESSÕES	PÚBLICOS	SATISFAÇÃO
6	8	166	100%

ÁREA ATIVIDADES CULTURAIS (FÓRUM CULTURAL DE ALCOCHETE)

1. Atividades para o público em geral

(Resumo das atividades)

Programa: ---

Título: Francisco Viana: duo de contrabaixo e violino (música)

Local: Fórum Cultural de Alcochete

Dia: 4

Sessão: 21h00

Públicos: 18

Programa: ---

Título: Fados na Fonte (com Francisco Sobral e Yola Dinis) (música)

Local: Fonte da Senhora

Dia: 9

Sessão: 21h00

Públicos: c. 60

Integrado na programação MURAL18 – programação cultural em rede

Programa: ---

Título: Vasco Pimentel Trio (música)

Local: Fórum Cultural de Alcochete

Dia: 11

Sessão: 21h00

Públicos: 20

Programa: ---

Título: São João – concertos itinerantes com Charanga de Alcochete e Charanga das Fresquinhas (música)

Local: Alcochete, São Francisco, Samouco, Fonte da Senhora e Passil

Dia: 23 junho

Sessão: 18h30

Públicos: n.c.

QUADRO RESUMO – FÓRUM CULTURAL DE ALCOCHETE

ATIVIDADES PARA O PÚBLICO EM GERAL			
------------------------------------	--	--	--

Área de Atividades Culturais (Fórum Cultural de Alcochete)			
ATIVIDADES	SESSÕES	PÚBLICOS	SATISFAÇÃO
FRANCISCO VIANA (DUO DE CONTABAIXO E VIOLINO)	1	18	---
FADOS NA FONTE (COM FRANCISCO SOBRAL E YOLA DINIS)	1	c. 60	---
VASCO PIMENTEL TRIO	1	20	---
SÃO JOÃO – CONCERTOS ITINERANTES (CHARANGA DE ALCOCHETE E CHARANGA DAS FRESQUINHAS)	2	N.C.	---

TOTAL:			
ATIVIDADES	SESSÕES	PÚBLICOS	SATISFAÇÃO
4	5	98	---

ÁREA MUSEU

1. Atividades para o público em geral

Programa: Sons e Sabores

Título: ---

Sinopse: Juntámos dois ingredientes para um final de tarde descontraído e de lazer: música e gastronomia! Até final de julho, às 6.ª feiras, os jardins do Museu Municipal e da Biblioteca de Alcochete recebem, de forma alternada, a iniciativa “Sons e Sabores”, que procura evidenciar aspetos da cultura local, através de uma viagem pela música e gastronomia da nossa terra e região. No dia 18 de junho, o Jardim do Núcleo Sede do Museu Municipal recebeu o Miguel e Mituxa e uma degustação pelo Restaurante Al’Sal.

Dia: 18

Sessões: 1

Públicos: 26

QUADRO RESUMO - MUSEU

ATIVIDADES PARA O PÚBLICO EM GERAL			
Área Museu			
ATIVIDADES	SESSÕES	PÚBLICOS	SATISFAÇÃO
SONS E SABORES (JARDIM DO MUSEU)	1	26	N.A.
TOTAL:			
ATIVIDADES	SESSÕES	PÚBLICOS	SATISFAÇÃO
1	1	26	---

QUADRO RESUMO - GERAL

Atividades Setor de Cultura			
ÁREAS	SESSÕES	PÚBLICOS	SATISFAÇÃO
BIBLIOTECA	8	166	100%
FÓRUM CULTURAL	5	98	---
MUSEU	1	26	---
TOTAL	14	290	100%

.»

A Câmara tomou conhecimento.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram intervenções.

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 20:00 horas o senhor presidente declarou encerrada a reunião da qual, para constar, se lavrou a presente ata que eu, Carla Sofia Oliveira, técnica superior, subscrevo e assino.